

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADO DIA CINCO DE ABRIL**  
3 **DE 2018, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE - RJ.** Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e  
4 dezoito, instalou-se a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba  
5 do Sul – CEIVAP, na sede da AGEVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** União –  
6 Roseli dos Santos Souza (MMA/SRHQ); Minas Gerais – Letícia de Souza Alves Arrichette (Prefeitura  
7 Municipal de Descoberto), Evaristo Gonçalves Peixoto (Prefeitura Municipal de Pirapetinga), Maria Aparecida  
8 Muruci Monteiro (DEMSUR), Geraldo Sergio dos S. Werneck (Companhia Brasileira de Alumínio), Claudio  
9 Luis Dias Amaral (Agro Indústria Reserva das Gerais), João Emídio Lima da Silva (IAVARP), Matheus  
10 Machado Cremonese (PREA), Heverson Vieira Marangon (CEAVARP), Celso Bandeira de Melo Ribeiro  
11 (UFJF), Jackson Leandro Moreira Gonçalves (FUPAC); Rio de Janeiro – Lívia Soalheiro e Romano (SEA/RJ),  
12 Edson Falcão (INEA/RJ), Lício de Sá Freire (FIPERJ/RJ), Daniela Vidal Vasconcelos (Prefeitura Municipal de  
13 Volta Redonda), Eduardo Schlaepfer R. Dantas (CEDAE), Thiago Guedes de Freitas (Águas das Agulhas  
14 Negras), Humberto Duarte de Andrade (Light Energia), João Gomes Siqueira (UENF), Roberto Machado de  
15 Oliveira (Instituto Rio Carioca), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!), Vera de Fátima Martins  
16 (ACAMPAR); São Paulo – Mônica Porto (Sec. Est. de Saneamento), Wanderley de A. Soares Junior (Sec. Est.  
17 de Saneamento), Gil Kuchembuck Sacatena (Sec. Est. do Meio Ambiente), Marcos Martinelli (Sec. Est. de  
18 Agricultura e Abastecimento), Agenor Micaelli dos Santos (Prefeitura Municipal de Caçapava), Paulo Henrique  
19 de Souza Coutinho (Prefeitura Municipal de Areias), Éder Campos Oliveira (SAAE Jacareí), Fernando  
20 Rodrigues (FIESP), Maria Aparecida de O. S. Cabral (CIESP Taubaté), Camila Reggiani da Silva (CIESP  
21 Jacareí), Renato Traballi Veneziani (Sin. Rural de São José dos Campos), Wander Luis Carvalho Bastos (Ass.  
22 dos Sind. Rurais do Vale do Paraíba), Thiago Eustáchio Antonino (Usina Paulista Lavrinhas de Energia), Elias  
23 Adriano dos Santos (AJADES), Teresa Cristina Brazil de Paiva (EEL/USP), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP);  
24 **dos seguintes convidados:** Marcelo Vieira de Brito, Vicente de P. Pinto (Prefeitura Municipal de Ubá), Antônio  
25 Gonçalves do Amaral (Prefeitura Municipal de Ubá), Sérgio D. Ferreira (Sabesp), Danilo Cruz Rambaldi  
26 (Prefeitura Municipal de Pirapetinga), Helvécio Rodrigues F. Filho (Prefeitura Municipal de Descoberto),  
27 Leonardo Guedes Barbosa (AGEVAP), Rui Brasil Assis (SSRH-SP), Carlos R. Bortoli (Profill Engenharia  
28 Ambiental S/A), Bruna S. Paiva (Profill Engenharia Ambiental S/A), Marilde Cruz Lima da Silva (IAVARP),  
29 Ronaldo W. T. Peixoto (DEMSUR), Ronald Souza Miranda O. Costa (K2Fs Sistemas), Marcos da Silva Faria  
30 (Prefeitura Municipal de Piquete), Umberto Cinque (Fibria/SP), Juarez Fernandes (Instituto Rio Carioca),  
31 Manoel Franklin Rodrigues (Prefeitura Municipal de Dona Euzébia), Gilmar Antônio Gonzaga (Câmara  
32 Municipal de Dona Euzébia), Ismael Teixeira de Paiva (Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Monte  
33 Verde), João Celso de Paula (Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde), Ariadne B. Pereira  
34 (Gerdau S/A), Fabrício César Gomes (DAEE/SP), Circe A. Bouzón (Prefeitura Municipal de Jambeiro), Carlos  
35 R. Rocha (Prefeitura Municipal de Jambeiro), Paulo Henrique (Prefeitura Municipal de Areias), Daiane Alves  
36 dos Santos (AGEVAP), Raissa Galdino (Prefácio); **para tratar da seguinte pauta:** 1 – 1. Revisão do  
37 Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União  
38 na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul; 2 – Assinatura dos Termos de Cooperação Técnica para realização  
39 dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS de municípios da bacia hidrográfica  
40 do rio Paraíba do Sul; 3 – Apresentação do Resumo dos Resultados do projeto Coalizões de Águas (Comitês de  
41 Bacia no Brasil e no Peru); 4 – Assuntos gerais e; 5 - Encerramento. **ITEM 1: revisão do PPU pela cobrança** –  
42 O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) disse que, como muitos membros da plenária não estavam nas discussões feitas  
43 na CTC, o Sr. André Marques (AGEVAP) vai apresentar a Nota Técnica com o estudo do impacto econômico e  
44 o coordenador da Câmara Técnica Consultiva, o Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) vai explicar o que foi  
45 debatido e decidido na CTC. O Sr. André Marques (AGEVAP) apresentou o estudo do impacto econômico-  
46 financeiro da cobrança, a Nota Técnica com um sumário executivo para facilitar a análise da cobrança dos  
47 usuários da bacia. O estudo foi feito com o índice de 100% em todas as esferas e falou da possibilidade de  
48 tornar o PROTRATAR um programa anual. O Sr. Barretti explicou que a CTC se reuniu no dia 30 de abril para  
49 discutir a proposta da revisão do PPU da cobrança e foi acordado entre os presentes, com exceção dos  
50 representantes da FIESP e da FIEMG que deixaram registrados seus posicionamentos contrários, que o reajuste  
51 será de 100%, escalonado e com progressividade ao longo de três anos, sendo 35%, 70% e 100% do valor,  
52 respectivamente. Os valores serão acumulativos com os reajustes anuais, conforme Resolução CNRH nº192. O  
53 parecer da CTC foi enviado à diretoria que vai apresentar a Minuta de Deliberação. O Sr. Eduardo Dantas  
54 (CEDAE) disse que na hora de escrever a Deliberação, houve preocupação para que os valores não perdessem  
55 seu valor monetário e que foi feita uma tabela anexa à Deliberação com a memória de cálculo para facilitar o  
56 entendimento de como será aplicado o reajuste da cobrança nos próximos três anos. O Parágrafo Único da  
57 Deliberação afirma que “sobre os valores da tabela acima, pelos anos seguintes, aplicar-se-á a variação do  
58 IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº192/2017”. A Sra. Mônica Porto (Sec. Est. de  
59 Saneamento) destacou alguns pontos relevantes: a ideia é que o mecanismo de cobrança da água seja um  
60 mecanismo econômico e de incentivo para que o consumidor consuma da forma mais racional possível. Ela  
61 disse que o objetivo do mecanismo da cobrança não é simplesmente aumentar o valor cada vez mais, mas é  
62 preciso ter seriedade nas discussões sobre a aplicação desse recurso. A Sra. Mônica Porto falou que quando a  
63 Resolução do CNRH foi aprovada, ela propôs o reajuste automático pelo IPCA, que tem por objetivo ser uma

64 correção mínima do valor a ser cobrado, mas é preciso cuidado para não se acomodar com o reajuste pelo IPCA  
65 e esquecer do valor que realmente precisa ser cobrado para a melhoria da bacia. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O  
66 Nosso Vale! A Nossa Vida!) parabenizou o trabalho de todos, disse que com 24 milhões não melhora a bacia do  
67 Rio Paraíba do Sul, mas dá um passo à frente e que os estudos sobre os mecanismos já foram contratados para  
68 que, futuramente, os valores sejam revistos. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) comentou que o  
69 reajuste foi um pequeno passo, porém, não podem se acomodar. Ele contou que no Fórum Mundial da Água  
70 procurou a Funasa e sugeriu fazer parcerias visando novos mecanismos a fim de ajudar os municípios pequenos.  
71 O Sr. João Gomes Siqueira (UENF) disse que a cobrança permite que a sociedade esteja presente nas discussões  
72 e que o reajuste foi aprovado porque existem subsídios que dão clareza sobre o assunto e foram bem  
73 apresentados pela AGEVAP. O Sr. João Emídio (IAVARP) parabenizou todos que estão envolvidos na  
74 discussão e perguntou se o Comitê dispõe de dados e estudos para prevenir problemas futuros, como uma crise.  
75 A Sra. Mônica Porto (Sec. Est. de Saneamento) respondeu que no Plano Integrado da Bacia, que será  
76 apresentado na reunião seguinte, isso já é uma demanda e que no PAP está previsto a contratação de um plano  
77 de contingência para eventos críticos. O Sr. Fernando Rodrigues (FIESP) disse que o setor industrial quer  
78 transparência e clareza sobre onde os recursos estão sendo gastos e que possui em caixa 70% do montante que já  
79 está comprometido e um horizonte de 10 anos, se continuarem os valores atuais. No estudo que foi enviado, o  
80 impacto não é significativo para o setor industrial pois foi baseado na tabela do IBGE, com dados do parque  
81 industrial dos três estados e isso não é interessante para o setor. O Sr. Fernando falou que é preciso fazer um  
82 recorte e estudar a bacia com as indústrias locais e que esses dados em que estão se baseando estão errados. A  
83 Sra. Monica Porto (Sec. Est. de Saneamento) esclareceu que os 70% já estão contratados, não quer dizer que  
84 estão no edital, mas sim que estão empenhados em contratos vigentes na bacia, não em editais futuros. Em  
85 seguida, os membros presentes votaram a aprovação do reajuste do valor do PPU da cobrança pelo uso da água.  
86 **30 (trinta) membros foram favoráveis à aprovação, 3 (três) contrários e 1 (um) se absteve. ITEM 2:**  
87 **Assinatura dos Termos de Cooperação Técnica para realização dos Planos Municipais de Gestão**  
88 **Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS de municípios da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – O**  
89 Sr. André Marques (AGEVAP) convidou os representantes das prefeituras para a assinatura do Termo.  
90 Estiveram presentes os seguintes representantes: Prefeito da Prefeitura Municipal de Areias, Paulo Henrique de  
91 Souza Coutinho; Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Caçapava, Angenor Micaelli;  
92 Prefeito da Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, Manuel Franklin Rodrigues; Secretária de Obras e  
93 Planejamento da Prefeitura Municipal de Jambeiro, Circe A. Bouzón ; Prefeito da Prefeitura Municipal de Santa  
94 Bárbara de Monte Verde, Ismael Teixeira de Paiva; Prefeito da Prefeitura Municipal de São José do Barreiro,  
95 Alexandre de Siqueira Braga; Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ubá, Vicente de Paula  
96 Pinto; e o Prefeito da Prefeitura Municipal de Muriaé, Ioannis Konstantinos. Após as assinaturas, o Sr. André  
97 Marques (AGEVAP) comentou sobre o relatório de resumo do PAP de 2013 a 2016 que fala sobre todos os usos  
98 e desembolsos para cada estado, sendo RJ 48%, MG 47% e SP 5%. **ITEM 3: Apresentação do Resumo dos**  
99 **Resultados do projeto Coalisões de Águas (Comitês de Bacia no Brasil e no Peru) –** A Sra. Maria Mancilia  
100 García, pesquisadora do Centro de Resiliência de Estocolmo, apresentou alguns dos resultados do seu projeto de  
101 pós-doutorado sobre análise das dinâmicas de participação nos comitês de bacia do Rio Paraíba do Sul.  
102 Apresentou alguns dos resultados do projeto, apresentou a importância institucional e comparou os atores do  
103 CEIVAP, do CBH Médio Paraíba do Sul e de dois CBHs do Peru. Notou que nos comitês brasileiros há maior  
104 participação social e que a cobrança é gerida pelos comitês, que podem decidir sobre projetos, diferentemente  
105 do Peru. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) parabenizou a doutora e disse que o resultado foi surpreendente e que  
106 ele mostra que há inclusão social independente da capacidade técnica ou do segmento de participação. Ele  
107 reforçou que a participação em outros fóruns também é significativa e influencia na gestão, além de capacitar os  
108 membros. A Sra. Monica Porto (Sec. Est. de Saneamento) agradeceu pela apresentação e pediu permissão para  
109 publicar o trabalho no site do CEIVAP. A Sra. Maria Mancilia García aprovou a publicação. **ITEM 4:**  
110 **Assuntos Gerais –** O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) falou que na última reunião da diretoria do CEIVAP foi  
111 discutido e acordado que representantes dos comitês serão custeados para participar do ECOB, em maio, e do  
112 ENCOB, em agosto. Os critérios de seleção dos membros serão parecidos com os que foram utilizados para o 8º  
113 Fórum Mundial da Água e serão divulgados posteriormente. **ITEM 5: Encerramento –** A Sra. Monica Porto  
114 (Sec. Est. de Saneamento) agradeceu a participação de todos e encerrou a 2ª Reunião Extraordinária do  
115 CEIVAP. A presente ata foi lavrada por mim, Gabrielle de Castro Celestino, Secretária *ad hoc*, e, depois de  
116 aprovada, foi assinada pela presidente do CEIVAP, Sra. Monica Porto, que presidiu a reunião.

117  
118 Resende, 05 de abril de 2018.  
119  
120  
121

122 Monica Porto  
123 Presidente do CEIVAP